

TERRITORIAL



O ano de 2019 foi marcado por quatro grandes desastres ambientais no país, que colocaram em debate se o governo federal está preparado para enfrentá-los em pleno cenário de desestruturação da política ambiental nacional.

2019: dos desastres à desestruturação da política ambiental

A seção aponta uma retrospectiva dos principais fatos da conjuntura da agenda ambiental e agrária brasileira. O ano foi marcado por quatro grandes desastres ambientais, que colocaram em debate se o governo federal está preparado para enfrentá-los em pleno cenário de desestruturação da política ambiental nacional.

Desestruturação institucional no governo federal

Do ponto de vista da dimensão agrária e ambiental, o primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro foi marcado pela desestruturação institucional das políticas públicas que estavam em processo de avanço nos governos petistas. Em janeiro de 2019, a primeira medida do governo federal foi a publicação da MP 870/2019, na qual Bolsonaro transferiu o serviço florestal brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Ministério da Agricultura (MAPA) e a também a atribuição

de gestão das florestas públicas. A MP também transferiu do MMA para o Ministério de Desenvolvimento Regional a responsabilidade pela política nacional de recursos hídricos e da Agência Nacional de Águas (ANA) pelo decreto nº 9.660. A medida também extinguiu do MMA a área que trata das condições climáticas, que inclui a Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

A reforma ministerial de Bolsonaro favoreceu o lobby do agronegócio. O Ministério da Agricultura passou a contar com sete secretarias com a finalidade de possibilitar aos grandes proprietários rurais ampliar o acesso a terra, ao crédito, à irrigação, ao uso de agrotóxico e expansão para o mercado externo. Além do Ministério da Agricultura, coordenado por Tereza Cristina (ex-presidenta da Frente Parlamentar da Agropecuária e defensora do uso de agrotóxicos), os ruralistas também ocupam o primeiro escalão do Ministério do Meio Ambiente (Ricardo Salles) e do Ministério de Relações Exteriores (Er-

nesto Araújo) – ambos defensores do agronegócio e da redução das áreas de proteção ambiental. Somma-se a esse cenário a militarização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no qual quase todos os diretores foram substituídos por policiais ou militares.

Em abril deste ano, o atual governo também decretou a extinção de mais de trinta conselhos e comissões nacionais. Dez destes estão relacionados às áreas indígenas, ambientais e do campo: Comissão Nacional de Florestas (Conaflor); Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI); Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT); Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI); Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (Cnatre); Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae); Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO); Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio); Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Conpdec); e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Ainda em abril, Bolsonaro publicou o Decreto 9.760/2019 que cria uma burocracia pública para intermediar a aplicação de multas ambientais cometidas por infratores. O decreto estabeleceu um núcleo de conciliação que poderá mudar o valor ou até mesmo anular multas por crimes ambientais. Também congelou o mecanismo de conversão direta, até que o Ministério do Meio Ambiente estabeleça novas regras para seu funcionamento. O mecanismo permitia que os valores arrecadados com as multas pudessem custear projetos ambientais estratégicos, tal como no desenvolvimento de municípios que compõem a Bacia do Rio São Francisco.

Desmatamento na Amazônia

Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, o presidente Jair Bolsonaro negou que esteja acontecendo algo errado na Amazônia, apresentou uma visão ultraliberal, anti-indígena e banalizou as queimadas ocorridas no país. Em meio ao seu discurso ideológico, que separa o Brasil das demais nações, Bolsonaro

só se esqueceu de mostrar os dados e a realidade.

Na verdade, o que realmente aconteceu na Amazônia brasileira foi uma elevação dos focos de incêndio a partir de agosto de 2019. Com incêndios criminosos que iniciaram no denominado “dia do fogo”, as queimadas foram encaradas com preocupação ao redor do mundo, noticiadas pela imprensa e despertaram uma crise na recente gestão do governo Bolsonaro.

Os incêndios alcançaram seu pico em agosto deste ano. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) houve 30,9 mil focos de incêndio na Amazônia em agosto de 2019. O que Bolsonaro se esqueceu de mencionar em seu discurso foi que ocorreram três vezes mais focos de incêndio em seu governo do que os registrados no mês de agosto do ano anterior, o equivalente a 10,4 mil focos. Além disso, as queimadas ocorridas em agosto de 2019 superaram em 20% a média histórica do período 1998-2019, que foi de 26 mil focos.

Diretamente relacionado aos incêndios, o desmatamento na Amazônia também cresceu em agosto de 2019, em relação ao mesmo mês do ano anterior. O substancial aumento de 222% revela que neste mês foram desmatados 1.701 quilômetros quadrados – área maior do que a do município de São Paulo. Apesar de alcançar o pico em agosto, o desmatamento seguiu a tendência de elevação ao longo de todo o ano, batendo sempre novos recordes em relação a períodos anteriores.

Recentemente muitas polêmicas a respeito do meio ambiente envolveram a péssima gestão do governo. Entre elas destacam-se a declaração do presidente Bolsonaro, que atribuiu a responsabilidade das queimadas às ONGs ambientalistas sem apresentar nenhuma evidência a respeito, além de pretender trocar um serviço público exitoso prestado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para mensurar o desmatamento por um serviço privado sem comprovação de qualidade.

Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), as queimadas estão sendo usadas para limpar áreas recém-desmatadas, com o intuito de utilizá-las para atividades econômicas como cultivo agrícola ou pastagem. As constatações do Ipam também indicam elevada associação

entre municípios desmatadores e elevadas ocorrências de queimadas, entre eles Altamira, Porto Velho, Lábrea e São Félix do Xingu.

Em vez de acusar os ambientalistas pelos incêndios, Bolsonaro deveria repensar a desastrosa trajetória da política ambiental ocorrida em sua gestão. Ao abrir mão dos recursos provenientes da Alemanha e da Noruega para o Fundo Amazônia, Bolsonaro enfraqueceu todo o sistema de proteção das florestas brasileiras. Entre outros objetivos, o Fundo Amazônia financiava projetos governamentais para iniciativas de prevenção e combate a incêndios na Amazônia, bem como ações do Inpe e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Dessa maneira, além dos grandes proprietários de terra da soja e do gado, a culpa pelo aumento das queimadas também pode ser creditada ao cruzar de braços do governo, que reduziu drasticamente o orçamento dos serviços prestados pelo Ibama e pelo ICMBio, que incluem o corte de recursos para estruturação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Ainda sobre o tema, o governo federal deseja liberar a exportação “in natura” de madeira nativa da Amazônia, o que atualmente é considerado prática ilegal, e que estimularia ainda mais o desmatamento na região. Atualmente a madeira nativa só pode ser exportada após beneficiamentos, o que agrega maior valor econômico ao produto e dificulta seu comércio ilegal.

A moratória da soja, mecanismo importante para frear o plantio da leguminosa em áreas recém-desmatadas da Amazônia, corre o risco de ser suspensa. Apontam para isso explícitas declarações da Casa Civil, do ministro do Meio Ambiente, e da ministra da Agricultura, para quem essa “moratória é um absurdo”. Os frágeis argumentos são de que ela atenta contra a soberania nacional e impede o desenvolvimento dos municípios, da região e do país. No entanto, além do dano ambiental, eles parecem se esquecer que esta suspensão pode voltar a colocar tal commodity na lista suja dos destruidores da floresta e prejudicar sua exportação.

O avanço do ritmo do desmatamento no governo Bolsonaro veio acompanhado por conflitos sociais

pelo uso da terra e resultou no aumento da violência no campo. O desmatamento vem causando boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais, bem como influenciado negociações de acordos comerciais entre o Mercosul e a União Europeia.

Incêndios no Pantanal e óleo no litoral brasileiro

Os incêndios no Pantanal, a maior planície alagada do planeta, cresceram quase 2.000% em outubro deste ano (2.430 focos de incêndio) em relação ao mesmo mês do ano passado (119 focos). Somente em Mato Grosso do Sul, cerca de 1,5 milhão de hectares foi queimado. Essa já é a quarta catástrofe ambiental deste ano, após a quebra da barragem de Brumadinho, o grande desmatamento na Amazônia e o derramamento de petróleo no Nordeste.

Já as manchas de óleo, que foram registradas pela primeira vez no litoral da Paraíba em 30 de agosto deste ano, não param de se espalhar pelo litoral brasileiro. Desde então, o óleo saiu velozmente pela costa e chegou a todos os estados do Nordeste. Em novembro, os fragmentos e placas de petróleo cru, que se deslocam rumo sul desde o litoral nordestino, chegaram à cidade de Vitória (ES) e ao Rio de Janeiro (RJ).

As catástrofes ambientais não são exclusividades brasileiras. No entanto, o país chama atenção pela ineficiência ao combatê-las. E a última catástrofe do aumento dos incêndios no Pantanal não foi diferente. Já em relação à crise ambiental no litoral, medidas imediatas centradas na contenção do óleo e na limpeza das praias são necessárias. A questão coloca em debate o quanto o governo federal está preparado para lidar com esses tipos de situação, ou melhor, o quanto as novas gestões de órgãos como o Ibama e a ICMBio terão a capacidade de minimizar os impactos dos incêndios e do vazamento de óleo na costa brasileira.

O derrame de óleo ocorrido perto da costa terá impactos de longo prazo na fauna e na flora marinhas. O desastre também afetará a economia local, atingindo majoritariamente o setor de turismo, que é uma vocação predominante das localidades atingi-

das. A pesca artesanal também sofre impactos de médio e longo prazo.

Questão agrária e agricultura familiar

Em meio ao lançamento da campanha mundial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) pela agricultura familiar, os agricultores familiares brasileiros não têm nada a comemorar durante o governo Bolsonaro e enxergam com preocupação a perda dos direitos adquiridos nas últimas décadas.

Entre os problemas enfrentados, destacam-se os cortes no orçamento do Ministério da Agricultura, que afetam diretamente o financiamento da produção de toda uma cadeia de pequenos produtores, especialmente os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e extrativistas. No governo Bolsonaro houve paralisação da reforma agrária e suspensão de repasse de verbas que seriam direcionadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou novos dados sobre a importância da agricultura familiar para a economia e para o nível de ocupação do país. Após ser tratado como prioridade pelos governos petistas, o segmento da agricultura familiar foi esquecido pelos governos de Temer e Bolsonaro, passando a assistir uma diminuição no orçamento de seus principais programas governamentais.

Em 2017, os dados do Censo Agropecuário apontaram que 3.897.408 estabelecimentos foram classificados como de agricultura familiar, o que representa 77% de todos os estabelecimentos agropecuários existentes no país. Em 2017, o segmento possuía 10,1 milhões de pessoas ocupadas, o correspondente a 67% do total de ocupados do setor agropecuário brasileiro.

Segundo o IBGE, os estabelecimentos de agricultura familiar foram responsáveis por 23% do valor da produção nacional, mas se destacaram pelo dinamismo de algumas culturas específicas. No que se refere às culturas permanentes, o segmento foi responsável por 48% do valor da produção de café e banana. Nas culturas temporárias, a agricultura

familiar respondeu por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão.

Os dados apresentados evidenciam a importância da agricultura familiar na geração de emprego e renda no campo. Em vez de cruzar os braços para o segmento, o governo Bolsonaro deveria se esforçar para realizar políticas públicas que viabilizem a regularização fundiária, a reforma agrária, a assistência técnica, o crédito produtivo e a expansão dos canais de comercialização.

Para 2017, os dados do Censo Agropecuário também apontaram para o aumento da desigualdade fundiária. No Brasil, 1% dos estabelecimentos agropecuários concentrava quase metade da área rural ocupada para fins econômicos. Entre 2006 e 2017, o grupo de grandes estabelecimentos obteve um aumento de 3.625 estabelecimentos e de 17,08 milhões de hectares.

O cenário de concentração fundiária do país poderia ter sido bem pior se não fossem as políticas públicas dos governos de Lula e Dilma voltadas para o campo. Segundo dados do Instituto Lula, os governos petistas promoveram um aumento significativo dos assentamentos, nos quais 771 mil famílias receberam o título de propriedade de terras, correspondente a mais da metade do total de beneficiados em toda a trajetória da reforma agrária realizada pelo Estado brasileiro. O PT criou 3.902 assentamentos distribuídos por todas as unidades federativas brasileiras, o equivalente a 51 milhões de hectares.

Outro tema que chama a atenção para a questão agrária foi a declaração de Bolsonaro, feita em novembro deste ano, sobre a intenção de enviar para o Congresso um projeto de lei para autorizar o uso da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para reintegração de posse em propriedades rurais. O anúncio foi feito logo após o presidente defender a excludente de ilicitude, que pode isentar agentes de segurança pública (policiais civis, militares, federais, entre outros) que cometerem atos violentos como matar em serviço. A medida foi apoiada pela bancada ruralista do Congresso.

Atualmente, a responsabilidade de convocar forças de segurança para reintegração de posse via deci-

são judicial é dos governos estaduais. O uso da GLO para reintegração de posse em propriedades rurais deve ser tratado com cautela para evitar o aumento dos conflitos no campo, como o massacre de Eldorado dos Carajás. Uma vez aprovada, a iniciativa do governo federal rural poderá elevar a concentração de terra no país, aumentar a violência no campo, ameaçar os movimentos sociais de acesso a terra e favorecer os grandes proprietários de terra.

Ainda sobre o tema, estimativas da organização Imazon mostraram que um terço da Amazônia Legal não possui destinação fundiária e a maior parte desses territórios pertence às unidades federativas, portanto submetidos às legislações estaduais. No âmbito do governo federal, destaca-se a Medida Provisória nº 759/2016, aprovada pelo Congresso em 2017, que versa sobre alteração na legislação fundiária. A MP beneficiou a grilagem pela expansão da área passível de titulação, funcionando como uma espécie de anistia aos grileiros de terras invadidas. Quanto aos estados, foram observadas pela Imazon flexibilização nas legislações fundiárias da Amazônia legal aprovadas por assembleias estaduais do Amapá (em 2018) e de Mato Grosso (em 2019), ambas favorecendo a grilagem. Em 9 de julho de 2019, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB) sancionou a lei 8.878/2019, que flexibiliza a questão fundiária, favorece a grilagem ao possibilitar a regularização de terras invadidas por grandes proprietários.

Enquanto isso, no Brasil, a bancada ruralista do Congresso Nacional vem trabalhando na articulação de um Projeto de Lei (PL) que visa permitir a venda de terras brasileiras para estrangeiros. Trata-se do PL 2.963/2019, de autoria do senador Irajá Abreu (PSD-TO), que busca regulamentar a aquisição de terras por pessoas físicas e jurídicas de outras nacionalidades.

Atualmente a venda de terras para estrangeiros é proibida no Brasil. Em caso de aprovação, a medida pode gerar concentração de terras por empresas estrangeiras, bem como comprometer o bioma amazônico e a faixa de fronteira. A iniciativa pode valorizar o preço das terras brasileiras e expulsar o pequeno produtor e a agricultura familiar do processo produtivo.

Povos Indígenas

Em 28 de maio, o Senado votou pela continuidade da MP 870/2019, mantendo em quase sua totalidade a reforma ministerial de Bolsonaro. No que se refere aos povos indígenas, houve derrota do governo, uma vez que a maioria dos senadores votou pelo retorno da Funai do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça, reincorporando também a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas que tinha sido alocada no Ministério da Agricultura.

No entanto, por meio de nova medida provisória, Bolsonaro reverteu a decisão do Congresso e retornou a responsabilidade de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. Publicada em 19 de junho deste ano, a MP 886 indicou que eram áreas de competência do Ministério da Agricultura a reforma agrária, a regularização fundiária de áreas rurais, a Amazônia Legal, as terras indígenas e titulação de quilombolas. Em agosto de 2019, o Supremo Tribunal Eleitoral (STF) tomou a decisão de manter a responsabilidade da demarcação de terras indígenas no âmbito da Funai, vinculada ao Ministério da Justiça. A decisão do STF significou uma derrota para o governo Bolsonaro.

Sínodo para a Amazônia

Em 27 de outubro de 2019, chegou ao fim o Sínodo para a Amazônia, evento da igreja católica, que ocorreu no Vaticano, e onde se debateram medidas de proteção para a floresta amazônica e seus povos, bem como a atuação da igreja na região. Participaram do evento, entre 6 e 27 de outubro, cerca de oitenta mil pessoas, dentre padres e bispos católicos, lideranças locais dos países amazônicos, indígenas, ativistas, políticos e o próprio Papa Francisco. O evento foi previamente muito criticado pelo governo brasileiro, em temor das repercussões internacionais do mesmo e o enxergado como uma violação da soberania nacional.

No dia 28 de outubro de 2019, um dia após o término do Sínodo, houve no Vaticano uma reunião que contou com governadores de trinta estados de oito países que compõem a Amazônia. O objetivo

principal do evento foi, após examinar as mensagens do Papa Francisco durante o Sínodo e os resultados da cúpula, definir propostas para garantir a execução na região das resoluções tiradas durante o evento católico. No encontro, os governadores também tiveram a oportunidade de apresentar compromissos para o desenvolvimento sustentável da região.

Liberação de agrotóxicos

O Ministério da Agricultura liberou o registro de novos produtos comerciais com agrotóxicos para fins comerciais. A permissão envolve a liberação da comercialização de substâncias como o Metomil e o Imazetapir, ambas utilizadas na produção agroindustrial. Em 2019, o número de agrotóxicos liberados por Bolsonaro para o uso em lavouras é o maior dos últimos dez anos. Segundo o Greenpeace, entre o dia 1º de janeiro e 27 de novembro, o governo federal aprovou a utilização de 439 novos agrotóxicos. Os dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura apontam uma alta de 322% entre 2010 e 2019.

Além da liberação, em julho de 2019, houve a divulgação de uma nova classificação de agrotóxicos feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que ameniza o rótulo de toxicidade dessas

substâncias. A regulação legal em vigor classifica os agrotóxicos atuantes no país em quatro categorias segundo grau de perigo. As novas normas aumentarão para cinco categorias de toxicidade, entretanto flexibilizará a categoria classificada como extremamente tóxica, que passará de oitocentas para trezentas substâncias - ou seja, o consumidor ficará sem advertências de manipulação e de risco para um conjunto significativo de agrotóxicos.

As duas medidas potencializam o uso de agrotóxicos no Brasil, que além da morte podem causar agravos como câncer, perda de visão, complicações no sistema nervoso e irritações graves na pele. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que em média mais de 190 mil mortes anuais são relacionadas ao uso de agrotóxicos.

A liberação de agrotóxicos associadas ao conjunto de novas medidas promovidas pelo governo Bolsonaro enfraquecem as políticas públicas direcionadas ao meio ambiente e a produção de alimentos orgânicos. A perda do peso da produção orgânica pelo Estado brasileiro ocorre em decorrência do favorecimento do setor ruralista e do agronegócio, que vê a alternativa de produção de alimentos saudáveis como um obstáculo para suas atividades de negócios de larga escala.